



EQUIDADE:
REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



Wilson Lima
Governador

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque
Coordenação do curso de Direito

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira
Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque
Editores Chefe

Profa. Ma. Monique de Souza Arruda
Prof. Me. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Prof. Msc. Helder Brandão Góes
Prof. Esp. Clodoaldo Matias da Silva
Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUC-SP
Profa. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profa. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA
Conselho Editorial

Profa. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Dr. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA
Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Primeira Final

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Revisão Final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima

Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Gláucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima

Ana Clara Sarmiento Cabral
Andria da Costa Pereira
Bruna Maria da Silva Mota
Elias Nunes Pereira
Elis Helena Castro Medeiros
Emilly Victória Batista do Santos
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
João Victor Osvaldo Souza
Letícia de Lira Gomes
Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Marcelo Damasceno Rodrigues
Nilvana Linhares Fernandes
Nycolas Matos Carvalho
Pedro Luís da Silva Teles
Rafael Mousinho do Amaral
Rebeca de Lima Nogueira
Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formataadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	João Victor Osvaldo Souza
Adv. Katrine Castro Sarmento	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nilvana Linhares Fernandes
Ana Clara Sarmento Cabral	Nycolas Matos Carvalho
Andria da Costa Pereira	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. N^o 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para

o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**ACESSIBILIDADE POLÍTICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: DESAFIOS
ENFRENTADOS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ACESSO AO VOTO**

*POLITICAL ACCESSIBILITY IN THE BRAZILIAN AMAZON: CHALLENGES FACED
BY PEOPLE WITH DISABILITIES IN ACCESSING THE VOTE*

**Guilherme Pansini Barbosa¹
Linda Victoria Macedo e Silva²
Bruna Maria da Silva Mota³
Denison Melo de Aguiar⁴
Neuton Alves de Lima⁵
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁶**

1. INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é um marco para a luta dos direitos e garantias fundamentais e para a redemocratização do país. Em contraste com a época ditatorial que a antecedeu, a CRFB/1988 garante de forma ampla o direito político do cidadão de exercer o voto, direto, secreto e com valor igual para todos, tornando-se o seu exercício uma das bases fundamentais para a democracia brasileira (Art. 14). (BRASIL, 1988)

1 - Acadêmico graduando em Direito na UEA - gpb.dir25@uea.edu.br

2 - Acadêmica graduanda em Direito na UEA - lvmes.dir25@uea.edu.br

3 - Acadêmica graduanda em Direito na UEA – bmmsm.dir22@uea.edu.br

4 Denison Melo de Aguiar. Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARBIC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁵Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁶ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2022, 156.454.011 cidadãos estavam aptos ao exercício do voto, desses, aproximadamente 0,93% dos eleitores (1.451.846) eram pessoas com deficiência (PCDs). Tais números contrastam com os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2022, que afirmam a existência de 14,4 milhões de PCDs no país, ou seja, apenas 10% dessa população está apta a votar. (IBGE, 2025)

Embora o Brasil tenha avançado na criação de legislações inclusivas, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), a fim de assegurar os direitos dessa parcela social, e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tenha criado e implementado diversas medidas inclusivas para a garantia do acesso ao voto das PCDs, tais indivíduos ainda enfrentam diversos desafios para o exercício pleno de seus direitos políticos. No que tange ao acesso ao voto, pessoas com deficiência enfrentam principalmente barreiras arquitetônicas, comunicacionais e dificuldades quanto ao contato com equipes de suporte especializadas e capacitadas. Além disso, o acesso eficaz às políticas públicas de saúde, infraestrutura e educação é essencial para garantir o exercício do pleito.

Sendo assim, a população com deficiências residentes dos estados da Amazônia Legal, que corresponde a 2.068.344 pessoas, segundo o censo 2022 do IBGE, enfrenta um cenário mais atenuado de dificuldade de acesso ao voto, uma vez que a população amazônica possui oferta insuficiente de serviços públicos de toda ordem, quando comparado ao restante do Brasil. (GARNELO, 2019)

2. JUSTIFICATIVA

O estudo possui grande relevância ao analisar os impedimentos enfrentados por pessoas com deficiência na Amazônia brasileira ao voto, uma vez que cria reflexões sobre a atuação das instituições governamentais na região Amazônica e investiga a participação política nessa região marcada por desigualdades. Além disso, promove um estudo jurídico essencial para as academias de Direito da Amazônia, cooperando para a formação de juristas capazes de atuar no fortalecimento do acesso ao voto.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o atual cenário de acesso ao voto de pessoas com deficiência habitantes de territórios compreendidos na Amazônia Legal, desde as dificuldades

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

enfrentadas por essa população, bem como seus motivos causadores.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Constatar as barreiras, quais sejam arquitetônicas, comunicacionais e de capacitação, enfrentadas por PCDs no exercício ao voto na Amazônia; Analisar a efetividade das políticas públicas de toda ordem, como fator primordial para o acesso dessa população ao ato do voto; Identificar possíveis medidas de aprimoramento da inclusão eleitoral.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

Quais fatores dificultam o exercício do voto por pessoas com deficiência residentes da Amazônia Legal? Levanta-se a hipótese da falta de acessibilidade física, comunicacional e de suporte especializado limita o exercício do voto de PCDs amazônidas.

5. METODOLOGIA

A pesquisa possui natureza explicativa, uma vez que busca compreender os fatores que dificultam o exercício do direito ao voto por pessoas com deficiência na Amazônia Legal. Para isso, utiliza-se da técnica bibliográfica e documental, fundamentando-se em livros, artigos científicos, legislações, documentos oficiais e dados estatísticos, sendo essencial para a revisão teórica e a contextualização do problema investigado.

6. RESULTADOS

A investigação realizada permitiu identificar múltiplas barreiras que comprometem o exercício do direito ao voto pelas pessoas com deficiência na região amazônica. As limitações encontradas distribuem-se em diferentes categorias, revelando a complexidade do problema enfrentado. No âmbito das barreiras arquitetônicas, constatou-se que aproximadamente 65% dos locais de votação na região metropolitana de Manaus, metrópole com maior densidade demográfica da região amazônica, apresentavam inadequações para pessoas com deficiência motora, conforme dados do TRE-AM. Esta realidade torna-se ainda mais preocupante nos municípios do interior, onde a infraestrutura básica é precária e o acesso é mais difícil. (AMAZONAS, 2022)

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

As barreiras comunicacionais também se revelaram significativas. A pesquisa identificou ausência de intérpretes de LIBRAS em 78% dos locais de votação analisados, além da inexistência de materiais eleitorais em formatos acessíveis, como braile ou áudio, na maioria das seções eleitorais pesquisadas (SILVA *et al.*, 2023).

O mapeamento das políticas públicas voltadas à acessibilidade eleitoral revelou iniciativas fragmentadas e de alcance limitado. Embora o TSE tenha editado resoluções específicas sobre o tema, sua implementação nos estados amazônicos enfrenta obstáculos relacionados à disponibilidade de recursos humanos e materiais especializados. A Resolução do TSE nº 23.381/2012, por exemplo, que estabelece normas gerais para acessibilidade nos locais de votação, tem encontrado dificuldades de aplicação na realidade amazônica devido às particularidades geográficas e logísticas da região.

Ademais, as iniciativas de capacitação de mesários e coordenadores eleitorais ainda não abordam adequadamente as especificidades do atendimento a pessoas com diferentes tipos de deficiência. Esta lacuna formativa contribui para a perpetuação de práticas inadequadas durante o processo eleitoral.

Os resultados obtidos sugerem caminhos possíveis para o aprimoramento da inclusão política de pessoas com deficiência na Amazônia brasileira. A articulação entre diferentes esferas de governo, organizações da sociedade civil e movimentos sociais emerge como estratégia fundamental para a superação das barreiras identificadas.

A implementação de programas de capacitação continuada para agentes eleitorais, com foco nas especificidades do atendimento a pessoas com deficiência, representa medida prioritária, considerando as particularidades culturais e linguísticas da região amazônica, incorporando saberes locais aos protocolos de atendimento.

Além disso, o desenvolvimento de tecnologias assistivas adaptadas às condições amazônicas e o fomento de políticas públicas de infraestrutura na região demonstram-se urgentes. A criação de urnas eletrônicas com recursos de acessibilidade ampliados e a disponibilização de transporte adaptado para locais de votação constituem investimentos necessários para a efetivação dos direitos políticos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação demonstrou que, decorridos 37 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, persistem significativos obstáculos ao pleno exercício dos direitos políticos pelas pessoas com deficiência na região amazônica brasileira. Apesar

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos avanços normativos conquistados, a distância entre a previsão constitucional e a realidade permanece considerável, exigindo esforços coordenados para sua superação.

Os dados revisados confirmaram a hipótese inicial de que as especificidades geográficas, socioeconômicas e culturais da Amazônia brasileira amplificam as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no acesso ao voto. As barreiras identificadas transcendem aspectos meramente técnicos, abrangendo dimensões estruturais mais profundas relacionadas à qualidade dos serviços públicos, à formação dos agentes eleitorais e à cultura política regional.

A análise empreendida revelou que a superação desses obstáculos é necessária para a consolidação de uma democracia verdadeiramente inclusiva na região. A implementação de políticas públicas adequadas às especificidades locais, a capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento de tecnologias assistivas representam caminhos viáveis para a promoção da justiça social através da inclusão política.

Defender a acessibilidade política na Amazônia brasileira significa reafirmar o compromisso com os valores fundantes da Constituição Cidadã. A garantia do direito ao voto para pessoas com deficiência constitui manifestação concreta dos princípios da dignidade da pessoa humana, da cidadania e da igualdade que orientam o Estado Democrático de Direito brasileiro. Somente através da inclusão efetiva de todos os segmentos sociais no processo político será possível construir uma sociedade verdadeiramente justa e democrática.

Sendo assim, as perspectivas futuras apontam para a necessidade de fomento das pesquisas sobre o tema, com ênfase às inovações tecnológicas e aos modelos de participação política que possam ser adaptados às realidades amazônicas.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas. **Relatório de acessibilidade nos locais de votação: eleições 2022**. Manaus: TRE-AM, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

GARNELO, L. Especificidades e desafios das políticas públicas de saúde na Amazônia. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 12, e00220519, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00220519>. Acesso em: 18 set. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo**

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. 80 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102178.pdf>
Acesso em: 18 set. 2025.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 12. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2022.

SILVA, Antônio Carlos; FERREIRA, Maria da Conceição. Barreiras comunicacionais no processo eleitoral amazônico: estudo sobre acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva. **Revista de Direitos Humanos da Amazônia**, Belém, v. 8, n. 1, p. 123-145, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revista-direitos-humanos>
Acesso em: 16 set. 2025.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade política; Pessoas com deficiência; Democracia participativa; Amazônia brasileira.

KEY WORDS: *Political accessibility; People with disability; Participatory democracy; Brazilian Amazon.*